



## Princípios Constitucionais Tributários

### Ementa:

O estudo dos princípios é de fundamental importância para a compreensão de todo o subsistema constitucional tributário. Por meio dos princípios o aluno poderá controlar a atividade legislativa e executiva, no que se refere tributo.

### Objetivos:

Conhecer, de maneira exauriente, os princípios constitucionais gerais, relevantes para o direito tributário, bem como conhecer os princípios constitucionais tributários.

### Conteúdo Programático:

#### 5.4.4.1. Princípios Constitucionais Tributários

- 1.1 Noção de Sistema
- 1.2 Sistema jurídico
- 1.3 Sistema constitucional e constitucional tributário
- 1.4 Princípios constitucionais e constitucionais tributários

#### 5.4.4.2. Princípio da Capacidade Contributiva

- 2.1 Definição
- 2.2 Capacidade contributiva e outros princípios
  - 2.2.1 Absoluta ou objetiva
  - 2.2.2 Relativa ou subjetiva
- 2.3 Capacidade contributiva e outros princípios
  - 2.3.1 Derivação multidimensional: capacidade contributiva e outros princípios
  - 2.3.2 Derivação unidimensional: princípio da igualdade
    - 2.3.2.1 Princípio da igualdade formal (vedação de tratamento discriminatório)
    - 2.3.2.2 Princípio da igualdade material (discriminações legítimas)
- 2.4 Desdobramentos
  - 2.4.1 Princípio do Mínimo Existencial
  - 2.4.2 Princípio da Vedação do Efeito Confiscatório
- 2.5 Análise casuística

#### 5.4.4.3. Princípio da Igualdade Tributária

- 3.1 Igualdade “perante” e “na” Lei.
- 3.2 Igualdade Relativa.
- 3.3 Fator de Discriminação.
- 3.4 Correlação entre o Fator de Discriminação e a Finalidade do Tratamento Desigual.
- 3.5 Consonância dessa Correlação com os Valores Constitucionais.

#### 5.4.4.4. Princípios Constitucionais Tributários Correlatos com a Igualdade

- 4.1 Capacidade Contributiva.
- 4.2 Mínimo Existencial.
- 4.3 Vedação do Efeito Confiscatório.
- 4.4 Progressividade.
- 4.5 Seletividade.

#### 5.4.4.5. Princípio da Legalidade Tributária

- 5.1 Princípios Constitucionais Pertinentes.
  - 5.1.1 Tripartição de Funções.





- 5.1.2 República.
- 5.1.3 Democracia.
- 5.2 Evolução Histórica.
- 5.3 Direito Comparado.
- 5.4 Legalidade Tributária.
  - 5.4.1 Formulação Genérica.
  - 5.4.2 Formulação Específica Atenuada.
- 5.5 Atividade Normativa do Executivo.
  - 5.5.1 Medidas Provisórias.
  - 5.5.2 Decretos e Regulamentos.
- 5.4.4.6. Princípio da Anterioridade Tributária
- 6.1 Noção Conceptual.
- 6.2 Anterioridade Genérica.
- 6.3 Anterioridade Nonagesimal.
- 6.4 Exceções.
  - 5.4.4.7. Princípio da Irretroatividade Tributária
- 7.1 Noção Conceptual.
- 7.2 Direito Brasileiro.
- 7.3 Direito Tributário.
- 5.4.4.8. Princípio da Segurança Jurídica
- 8.1 Noção Conceptual.
- 8.2 Formulação Constitucional.
- 8.2 Projeção no Direito Tributário.

5.4.5 Avaliação Os acadêmicos serão submetidos a avaliações discursivas, ou de enfrentamento de casos práticos, a fim de mensurar, subjetiva e individualizadamente, o conteúdo por eles absorvido.

